

TRANSFORMANDO INDIGNAÇÃO EM AÇÃO: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO OBSERVATÓRIO SOCIAL

Mariana Aparecida Euflausino¹
Marco Aurélio Kasmin²

Área de conhecimento: Administração.
Eixo Temático: outros.

RESUMO

Gestão pública e gastos públicos são temas polêmicos e ganham cada vez mais atenção da sociedade. O processo de participação popular na gestão pública ainda está em desenvolvimento. Porém percebe-se que, quando ações passam a ser tomadas, grandes são os resultados obtidos através deste maior engajamento social. Observa-se assim, a necessidade de maior envolvimento da população quanto à aplicação do dinheiro público com propósitos de fiscalizar e contribuir para o desenvolvimento econômico e social. Este trabalho tem como objetivo Identificar as ações realizadas pelo observatório social e sua importância para o processo de compras da gestão pública. Trata-se de uma pesquisa exploratória e natureza qualitativa. O estudo permitiu observar como sendo vantajosa as ações de caráter popular atuantes na gestão pública a fim de fiscalizar seus gastos.

Palavras-chave: Gestão social. Recursos públicos. Observatório Social. Cidadania Fiscal.

1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho busca refletir sobre a participação da sociedade no acompanhamento e fiscalização da Gestão Pública, em específico ao processo de compras. Uma vez que este processo assim como tantos outros estão diretamente relacionados a gestão dos recursos financeiros públicos, que tem sua origem na “contribuição” da sociedade. Devendo, portanto ser administrado da forma mais vantajosa possível.

Este trabalho terá como seu objetivo geral identificar as ações realizadas pelo observatório social e sua contribuição para o processo de compras da gestão pública no município de Paranavaí. Relacionando esta contribuição ao valor da participação popular nos processos de Gestão Pública. Terá ainda como um de seus objetivos específicos, levantar aspectos sobre a cidadania fiscal.

Aponta-se assim para os grandes resultados positivos que podem ser conquistados quando a sociedade participa ativamente da Gestão pública e

¹ Mestrando do Programa de Gestão e Desenvolvimento Regional – UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão. marcokasmin@hotmail.com

² Mestrando do Programa de Gestão e Desenvolvimento Regional – UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão. marcokasmin@hotmail.com



diretamente na utilização dos recursos públicos. Fiscalizando e buscando inovações para melhor aplicabilidade destes fundos, no intuito de promover o desenvolvimento econômico e não apenas o crescimento do mesmo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GESTÃO SOCIAL, PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADANIA FISCAL

A gestão social compreende que a gestão pública deve ser habitada por todos os cidadãos que por sua vez devem atuar neste meio a fim de fazerem valer seus direitos com intuito de contribuir para a esfera pública. Conforme Paula (2007) a gestão social é entendida como uma ação política deliberativa, na qual o indivíduo participa decidindo como pessoa, eleitor, trabalhador ou consumidor.

Assim busca-se criar organizações administrativas e efetivas permeáveis a participação popular e com autonomia para operar em favor do interesse público. Trata-se de estabelecer uma gestão pública que não centraliza o processo decisório no aparelho de estado e contempla a complexidade das relações políticas, pois procura se alimentar de diferentes canais de participação, e modelar novos desenhos institucionais para conectar as esferas municipais, estadual e federal (PAULA, 2007, p. 159).

Esta nova vertente da administração pública encontra-se em desenvolvimento para Paula (2007, p. 37) “Manifesta-se nas experiências alternativas de gestão pública, como os Conselhos Gestores e o Orçamento Participativo” podendo ainda ser atribuída suas raízes a movimentos sócias, partidos políticos de esquerda e em organizações não governamentais.

O orçamento participativo, por exemplo, é um método pouco conhecido, apesar de ter sido instituído do final dos 1970, o qual proporciona a oportunidade do cidadão interagir nas decisões de gastos do dinheiro público. Não ha uma metodologia especifica para a implantação do orçamento participativo, cada município desenvolver a forma que melhor se adapta, Santos (2010) exemplifica.

O município foi inicialmente dividido em sete regiões orçamentárias, com base na divisão já existente de distritos sanitários, feita pela Secretaria de Saúde. Em cada uma dessas regiões, é feita uma Conferência Regional Orçamentária, na qual



ocorrem reuniões temáticas envolvendo os cidadãos e os técnicos do governo. Nessas conferências, são escolhidos os delegados que comporão a Conferência Municipal. Na conferência Municipal, são sistematizadas as discussões iniciadas nas Conferências Regionais, definidas as prioridades orçamentárias para o exercício seguinte e eleito o Conselho do Orçamento Participativo. É o Conselho do Orçamento Participativo que encaminha as propostas para o PPA, a LDO e a LOA, faz o acompanhamento da execução orçamentaria e fiscaliza o cumprimento do plano de governo (COSTA et al., 2005 apud SANTOS, 2010, p. 90).

Outra forma em que a população pode atuar junto a gestão pública é através da criação de leis. Tanto em âmbito federal, estadual ou municipal. A Constituição Federal prevê em seu artigo 61 que a iniciativa das leis complementares e ordinárias pode também partir de cidadãos:

§2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Conforme Schiavotelo (2009 apud GOETTEN, 2009, p.1) uma outra forma, prevista no regimento interno da Câmara dos Deputados, viria a facilitar o processo. Com a criação da Comissão de Legislação Participativa (CLP), criada em 2001, se tornou possível que ONGS, associações e sindicatos também apresentassem projetos, sem ainda, a necessidade de um mínimo de assinaturas, apenas que estes sejam munidos de documentos que comprovem a regularidade da organização. Este projetos recebem ainda, prioridade sobre os demais. “A CLP permite, inclusive, que a população interfira em projetos de lei sugeridos pelos deputados por meio de emendas e proposições apresentadas por entidades civis” (SCHIAVOTELO, 2009 apud GOETTEN, 2009, p. 1)

Dentro do âmbito estadual o Paraná, não contem uma CLP, apesar de haver discussões desde 2005 sobre a criação de uma comissão de legislação participativa. Contudo a Assembleia permite a apresentação de projetos de lei, desde que contenham 1% do eleitorado do estado, distribuídos em pelo menos 50 municípios. Mas como exemplo municipal, a capital Curitiba já possui uma CLP, que permite a apresentação de propostas de leis por intermédio de uma instituição sem haver necessidade de mínimo de assinaturas ou se apresentado por um cidadão deve



obedecer ao previsto da Lei Orgânica Municipal de Curitiba , que determina um mínimo de 5% do eleitorado (GOETTEN, 2009).

Quando do lançamento da primeira Cartilha da CLP (Câmara dos Deputados, 2001a), na apresentação assinada pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, havia a menção do desejo de que o exemplo dado pela Câmara ao criar a CLP fosse levado adiante. Assim, hoje se constata no site da CLP uma lista de comissões análogas instaladas em Assembleias Legislativas, bem como em Câmaras de Vereadores (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011): Assembleias Legislativas: Acre, Alagoas, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo; Câmaras de Vereadores: Americana (SP), Atibaia (SP), Barbalha (CE), Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Bertioga (SP), Campinas (SP), Campos do Jordão (SP), Caxias do Sul (RS), Conselheiro Lafaiete (MG), Curitiba (PR), Goiânia (GO), Gravataí (RS), Guaratinguetá (SP), Guarulhos (SP), Itabira (MG), Itapeva (SP), João Pessoa (PB), Juiz de Fora (MG), Manaus (AM), Natal (RN), Pariquera-Açu (SP), Peruíbe (SP), Poços de Caldas (MG), Santos (SP), São Bernardo do Campo (SP), São José dos Campos (SP), São Luiz (MA), São Paulo (SP), Sete Lagoas (MG), Teresina (PI), Tibagi (PR), Uberaba (MG) e Unaí (MG) (REIS, 2012, p.41).

Ao observar o pequeno número de municípios, que possuem uma CLP, poderíamos julgar que o processo de desenvolvimento, e tramite para propor um projeto de lei seja algo sistêmico e burocrático, não fosse o exemplo de um pequeno distrito de Minas Gerais. É por meio da CLP que as sugestões de projetos de iniciativa popular chegam ao Congresso, após aprovação da Comissão Legislativa Participativa a proposta é transformada em o projeto é encaminhada a Câmara.

No município de Governador Valadares, MG, o pequeno distrito de Chonin de Cima já apresentou à Câmara por meio de uma entidade local, A Associação Comunitária Chonin de Cima (Acocci), 57 projetos de lei. Destes, nove foram aprovados dentre eles, o 2.722/07, aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, que estabelece o acúmulo dos minutos da franquia mensal de telefonia móvel para uso posterior [...] O presidente da Associação, Fábio Pereira da Silva, conta que a comunidade é carente e não dispõe de computadores para montar as solicitações. “Todos os projetos que apresentamos são manuscritos”, conta. Segundo ele, Chonin de Cima possui cerca de dois mil habitantes e seria



impossível reunir assinaturas de 1% de todo o eleitorado brasileiro para permitir a visibilidade dos projetos, como estabelece a Constituição. “Por isso, criamos a Acocci, de quase 200 membros. Fazemos reuniões periódicas, discutimos ideias e as melhores podem virar projetos de lei”, afirma (GOETTEN, 2009, p.1).

É notável que o conceito de gestão societal ainda é pouco explorado em nosso país contudo de grande valia seria que cada vez mais este conceito que busca a participação popular atuante na gestão pública fosse melhor explorado. Há existência de direitos, pouco conhecidos e não utilizados, fazem plano fundo a este descomprometimento. Não se espera utopicamente que muitos trabalhadores passem repentinamente a ter interesse, e engajamento social nas relações da administração pública. Mas certamente grandes seriam as contribuições se novos conceitos fossem desenvolvidos como, a reeducação sobre qual é a função de cidadão, ou ainda que representantes da população tomassem frente a ações participativas dentro da gestão pública, partindo pela esfera municipal.

Com base no déficit cultural que temos nesta área é fundamental que haja organização, planejamento e pessoas a frente que possuam qualificação para desenvolver projetos como representantes da população. A participação popular nunca foi prioridade do governo, mesmo daqueles oriundos das classes trabalhadoras e populares. “A participação qualificada requer acesso à informação, formação e organização política.” Sígolo e Mascarenhas (2012, p. 114).

Diante este contexto insere a necessidade do conceito da cidadania fiscal. Contudo para haja cidadania fiscal é necessário que primeiramente haja a educação fiscal. O processo de educação busca preparar o individuo para exercer sua função de cidadão dentro da sociedade, fornecendo a este habilidades e conhecimentos que os tornem capazes de exercer seus direitos e obrigações, tornando-se um agente de mudança perante a realidade inserida.

O Programa Nacional de Educação Fiscal procura demonstrar a necessidade do financiamento das ações públicas, mas que em contra partida os contribuintes devem atuar acompanhando a aplicação dos recursos arrecadados. O programa define em seu curso a missão de “Contribuir permanentemente para a formação do individuo, visando ao desenvolvimento da conscientização sobre seus direitos e deveres [...] ao controle social do Estado democrático” (FISCAL, 2012, p. 8). Como missão da Educação Fiscal defini- se estimular a mudança de valores, crenças e



culturas do indivíduo, na perspectiva da formação de um ser humano integral, como meio de possibilitar o pleno exercício de cidadania e propiciar a transformação social (FISCAL, 2012).

O que se pretende demonstrar é a importância de haver uma relação interativa entre o Estado e a sociedade. Para que assim cumpra-se o exercício de cidadania de cunho tão fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

2.2 PROCESSOS DE COMPRAS NA GESTÃO PÚBLICA

A administração de matérias e patrimonial no setor público é feita de maneira individualizada por cada ente federado. Contudo as normas gerais de licitação e contratação, para todas as modalidades da administração pública municipal, Distrito Federal, estados e união prevalecem os mesmos, privativamente estabelecidas pela União comenta Costrin (2010).

Percebe assim que todas as compras da gestão pública obedecem a um processo normativo para que haja maior seguridade ao processo. Logo inúmeras são as demandas que as organizações públicas necessitam. Levando-nos a assimilar o departamento de compras com uma central de abastecimento que busca suprir as necessidades das diversas secretarias e departamentos. Em meio a este contexto de alta demanda de bens e serviços, espera-se um sistema logístico eficiente e eficaz que atenda estas necessidades.

Conforme Costrin (2010) as compras públicas exercem grande poder na economia, isto devido a suas compras em grande escala, nas mais diversas atividades. Como desde material de escritório a armas para polícia ou ainda como intermediário em políticas protecionistas na aquisição de estoques para regulação de preços agrícolas. Este diferencial faz com que as compras públicas tornem-se alvos de pressões políticas e corrupção. Logo a fiscalização aplicada a este sistema por muitas vezes é ineficaz, existindo ainda o conflito de tentar desburocratizar o processo mantendo procedimentos de controle sobre a corrupção e livre concorrência no fornecimento de matérias e serviços ao governo.



3 METODOLOGIA

Devido ao tema ser pouco explorado esta pesquisa se classifica em seu objetivo como exploratória. “Ela é feita por meio de levantamento bibliográfico, entrevistas, análise de exemplos sobre o tema estudado (REIS, 2008, p. 56)”.

Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; (c) análise de exemplos [...] Embora o planejamento da pesquisa exploratória seja bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso (GIL, 2009, p.41). Adotando assim caráter de estudo de caso ao levantar dados por meios da pesquisa bibliográfica, documental e de levantamento.

Conforme Gil (2009) a modalidade de estudo de caso nas Ciências Sociais tem sido amplamente utilizada. Buscando relatar a realidade, usando uma variedade de fontes de informação, para representar os diferentes pontos de vistas observados em uma determinada situação social, devendo ainda trazer uma linguagem clara e acessível.

Quando utilizada metodologia documental busca-se informações em documentos ainda não científicos. Estes podem ser encontrados em arquivos de instituições públicas e privadas podendo ser ainda documentos pessoais ou institucionais como relatórios Reis (2008) .

3.1 ANÁLISE E COLETA DE DADOS

Dentro de um estudo de caso a coleta de dados é mais complexa, pois engloba diversos tipos de técnicas, sendo esta uma de suas características fundamentais. Enquanto outras modalidades de pesquisa utilizam-se apenas de uma técnica básica, embora possa usar de outras complementares comenta Gil (2009).

Esta pesquisa adotara para o levantamento de dados primário, questionário semi – estruturado. O questionário será elaborado tendo como base algumas questões adaptados do relatório técnico publicado sobre uma pesquisa realizada com diferentes observatórios do Brasil com intuito de posteriormente poder analisar estes dados comparativamente. O mesmo será aplicado ao coordenador do OSP.



Os dados secundários serão obtidos e analisados através de buscas no site do Observatório Social, relatórios, planilhas e documentos internos da instituição. Conforme Roesch (2006) estes não são criados pelo pesquisador, são existentes na forma de arquivos, banco de dados entre outros. Além dos dados coletados pela pesquisa bibliográfica que proporcionaram base referencial para a interpretação e análise de todos os dados coletados.

Pode-se dizer que, em termos de coleta de dados, o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois vale-se tanto de dados de gente quanto de dados de papel. Com efeito, nos estudos de caso os dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos.

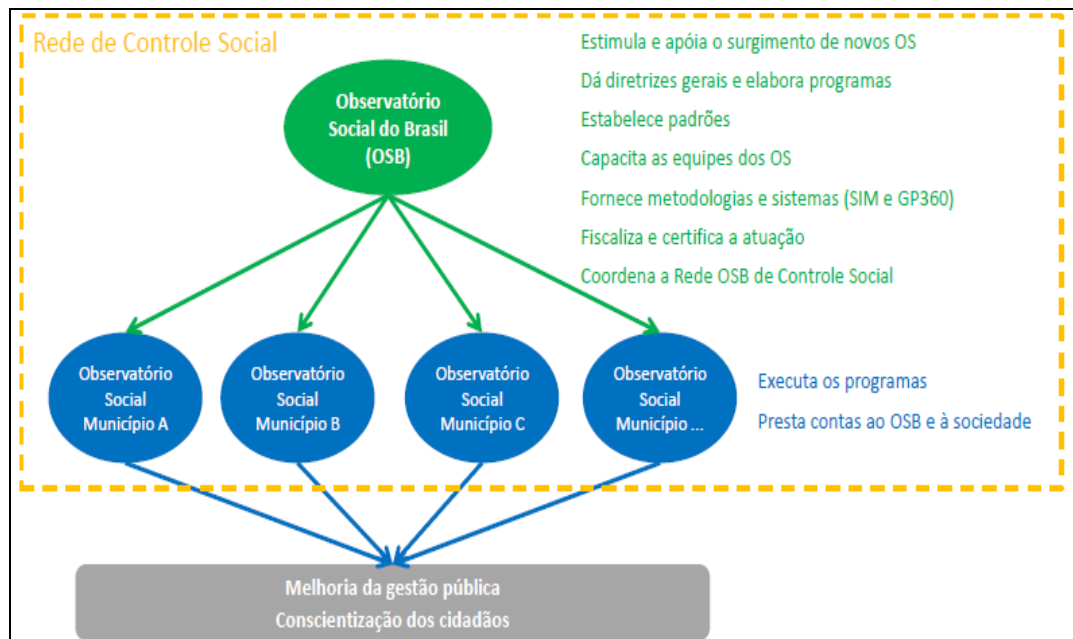
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O primeiro Observatório Social foi criado em Maringá- Pr, em 2006, por iniciativa de representantes da sociedade com objetivo de estimular a cidadania fiscal, monitorando a qualidade da aplicação dos recursos públicos, através do acompanhamento de licitações e de ações de educação fiscal. Os resultados puderam ser observados rapidamente pois em menos de vinte meses e fiscalizando apenas 1,5% das licitações 9 (nove) milhões puderem ser economizados.

O bom desempenho da iniciativa realizada em Maringá abriu espaço para a criação do Observatório Social do Brasil (OSB). Com sede em Curitiba- Pr o OSB tem como missão estimular as cidades a criarem seu próprio observatório social. Disseminando uma metodologia padronizada e ações padrão para que haja integração entre toda a rede de observatórios.



Figura 1 – Rede de Controle Social



Fonte: Manual de Implantação e Operacionalização de um Observatório Social.

Atualmente esta rede conta com 60 observatórios instalados. Toda a rede conta com mais de 1000 (mil) voluntários, que contribuem para o melhor uso do dinheiro público.

Figura 2 – Mata das regiões com presença do Observatório Social



Fonte: Site Observatório Social do Brasil



Todos os observatórios compartilham dos mesmos valores como, apartidarismo, visão de longo prazo e comprometimento com a justiça social. Seus principais objetivos são:

- Possibilitar o exercício do direito de influenciar as políticas públicas que afetam a comunidade, conforme assegurado pelo Art. 1º da Constituição Federal de 1988: “todo poder emana do povo”
- Incentivar e contribuir com o aprimoramento pessoal e profissional de membros da comunidade e de profissionais ligados as áreas de interesse do OBS, através de cursos, seminários, palestras, debates, grupos de estudos, entre outras atividades.
- Incentivar e promover eventos artísticos e culturais que possam contribuir para a criação da cultura da cidadania fiscal e popularização das ferramentas de participação dos cidadãos na avaliação e monitoramento da gestão dos recursos públicos.
- Contribuir, diretamente, para que haja maior transparência na gestão dos recursos públicos, de acordo com o previsto no Art. 5º, incisos XIV e XXXIV; no Art. 37, § 3º da Constituição Federal de 1988.
- Estimular a participação da sociedade civil organizada no processo de avaliação da gestão dos recursos públicos, visando defender e reivindicar a austeridade necessária na sua aplicação, dentro de princípios éticos com vistas à paz e a justiça social.
- Incentivar e promover o voluntariado nas ações educativas e operacionais em favor dos direitos do cidadão e contra a corrupção.

Em sua orientação normativa o OBS recomenda que a ação do OS esteja focada em 5 programas assim estabelecidos:

Quadro 1 – Programas de Ação do Observatório Social

PROGRAMAS DE AÇÃO DO OBSERVATÓRIO SOCIAL		
1	QUALIDADE NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	Monitoramento sistemático: das licitações (desde a publicação dos editais até a entrega do produto/serviço); da execução orçamentária (receitas e despesas); dos recursos humanos (cargos comissionados); da produção legislativa; das diárias no legislativo; dos processos judiciais contra órgãos públicos e contra seus gestores.
2	SEMEANDO A CIDADANIA FISCAL	Realização de eventos de educação fiscal, como: concurso de redação, concurso de monografia, feirão do imposto, peças de teatro, festival de música, pesquisa sobre cidadania.
3	DINAMIZANDO A CIDADANIA	Potencialização dos Conselhos Municipais e aumento da competitividade nas licitações municipais através da inserção de MPEs.



FISCAL		
4	SEMANA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS QUADRIMESTRAL	Realização de evento de prestação de contas e apresentação de relatório das ações do OS, na mesma semana em que a prefeitura realiza sua prestação de contas quadrimestral, convidando também os deputados da região para fazerem também a apresentação da sua produção legislativa.
5	INDICADORES DA GESTÃO PÚBLICA	Coleta dos dados no balanço anual da prefeitura e alimentação do sistema para geração dos Indicadores da Gestão do Município, proporcionando as condições para comparação com os dados de outras cidades onde há OS e gerando a possibilidade de análise da execução orçamentária X indicadores sociais, de qualidade de vida da população e de desenvolvimento do município.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A figura abaixo exemplifica os subprogramas existentes em cada uma dos programas abordados pelo observatório social. Existem subprogramas obrigatórios e opcionais que devem ser implantados conforme a evolução do observatório ao longo dos anos. Os ilustrados pela cor verde são apontados como obrigatórios e os em amarelo como opcionais, assim os observatórios de cada cidade escolhem como quais dos programas opcionais podem trazer melhores resultados.

Figura 3 – Subprogramas do Observatório Social.

		SUBPROGRAMAS				
		ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO ...	
PLANO DE EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DO OS	PROGRAMA 1 Qualidade na Aplicação dos Recursos Públicos	1.1 Acompanhamento das licitações municipais dos editais até a entrega	Verde	Verde	Verde	Verde
		1.2 Monitoramento da execução orçamentária	Verde	Verde	Amarelo	Amarelo
		1.3 Monitoramento dos cargos comissionados pelo RH	Verde	Verde	Amarelo	Amarelo
		1.4 Monitoramento da produção legislativa	Verde	Verde	Verde	Verde
		1.5 Monitoramento das diárias no legislativo	Verde	Verde	Verde	Verde
		1.6 Monitoramento dos processos judiciais contra órgãos públicos e ou gestores	Verde	Verde	Amarelo	Amarelo
	PROGRAMA 2 Semeando a Cidadania Fiscal	2.1 Concurso de redação	Verde	Verde	Verde	Verde
		2.2 Feirão do imposto	Verde	Verde	Verde	Verde
		2.3 Concurso de monografia	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo
		2.4 Peças de teatro	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo
		2.5 Festival de música	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo
		2.6 Pesquisa sobre cidadania	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo
	PROGRAMA 3 Dinamizando a Cidadania Fiscal	3.1 Divulgação dos editais para empresas cadastradas	Verde	Verde	Verde	Verde
		3.2 Capacitação das MPEs para participar das licitações	Verde	Verde	Verde	Verde
		3.3 Apoio aos Conselhos Municipais	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo
	PROGRAMA 4 Semana de Prestação de Contas Quadrimestral	4.1 Prestação de contas do OS local	Verde	Verde	Verde	Verde
		4.2 Apresentação do sistema de monitoramento dos Vereadores	Verde	Verde	Verde	Verde
		4.3 Audiências públicas de prestação de contas do município	Verde	Verde	Verde	Verde
4.4 Prestação de contas dos deputados estaduais e federais		Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo	
PROGRAMA 5 Indicadores da Gestão Pública	5.1 Coleta dos dados do balanço contábil	Verde	Verde	Verde	Verde	
	5.2 Alimentação do IGP	Verde	Verde	Verde	Verde	
	5.3 Apresentação dos indicadores à comunidade e ao OSB no mês de maio	Verde	Verde	Verde	Verde	

Fonte: Manual de Implantação e Operacionalização de um Observatório Social.

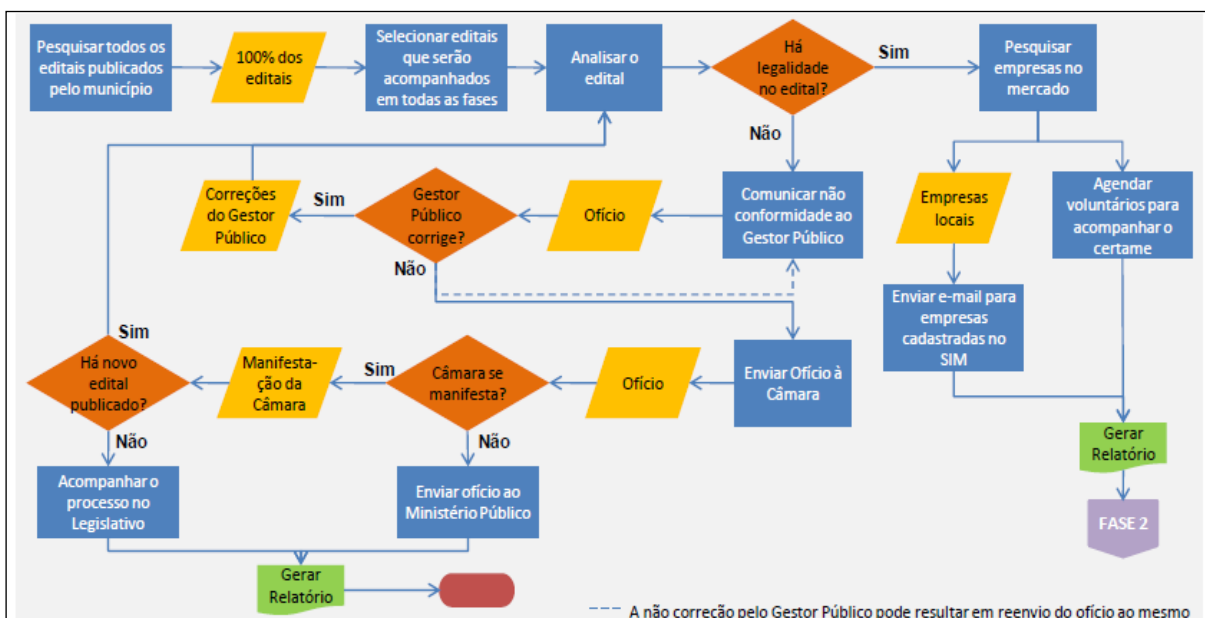


O estudo apresentado a seguir buscara identificar as ações do Observatório Social de Paranaíba, dentro do programa orientado pelo Observatório Social do Brasil.

4.1 Procedimentos do observatório Social

O trabalho do observatório não resume-se apenas em fazer o acompanhamento das licitações e observar as irregularidades. Quando os processos indicam incorreções o observatório além de aponta-las procura suas justificativas e explicações sobre a suspeita. Após pesquisar os editais publicados e constatado ilegalidades durante análise do edital o observatório comunica ao gestor público por meio de ofício o questionamento levantado. Quando este não apresenta correções ao processo o observatório encaminha um ofício à câmara dos vereadores. Não havendo manifestações da câmara é então encaminhando outro ofício ao ministério publico como denuncia ao promotor do patrimônio público para abertura de inquérito. O prazo de resposta para os ofício encaminhado ao gestor público e a câmara de dias 15 dias cada um.

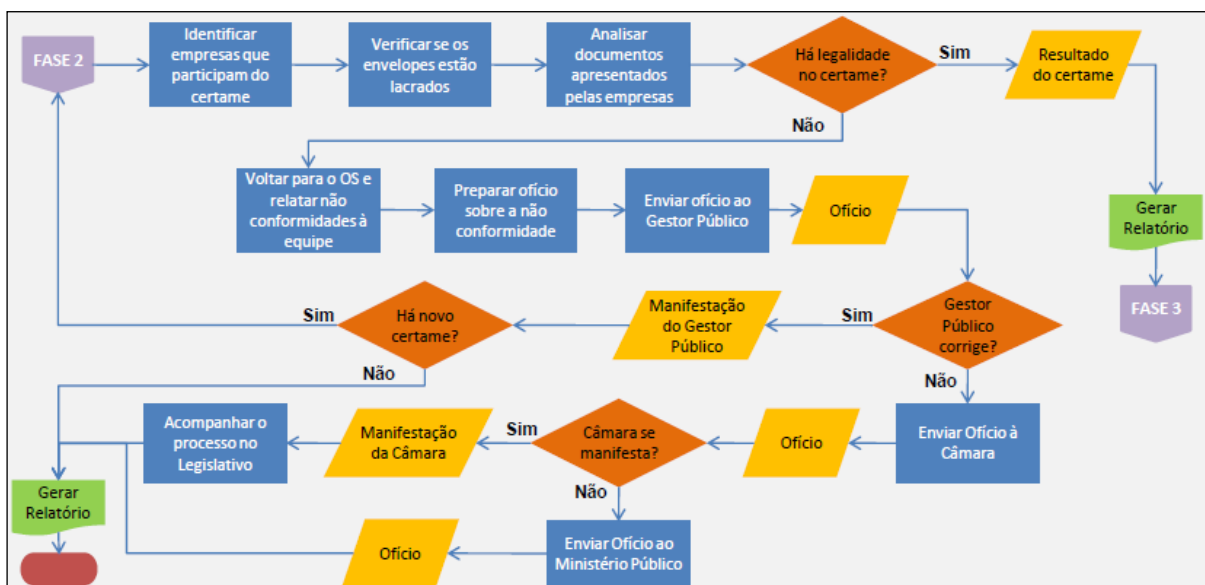
Figura 4- Fluxograma processo de análise e divulgações do edital



Fonte: Manual de Implantação e Operacionalização de um Observatório Social.

Na segunda fase após a análise do edital, é realizado a acompanhamento do certame. Um membro do observatório participa durante a realização do certame identificando as empresas participantes, verificando os envelopes e analisando os documentos das empresas estão tudo dentro da legalidade, observando inclusive a data de validade dos documentos apresentados. o observatório acompanha os resultados e posteriormente os lança em seu relatório. Contudo quando observada alguma irregularidade o representante do observatório não deve em hipótese alguma manifestar-se durante o certame, o mesmo deve tomar nota e relata a inconformidade para a equipe do observatório para depois da tomada de decisão em conjunto prepararem o ofício para encaminhar ao gestor público se este opta por realizar um novo certame o observatório o acompanha novamente, contudo se este se manifesta justificando-se mas não opta pela nova realização de certame encerra-se o processo do observatório. Porem se o gestor público não apresentar manifestações um novo ofício é encaminhado para Câmara, não surgindo manifestações é encaminhado então um ofício ao Ministério Público para abertura de inquérito.

Figura 5- Fluxograma processo de acompanhamento do certame.



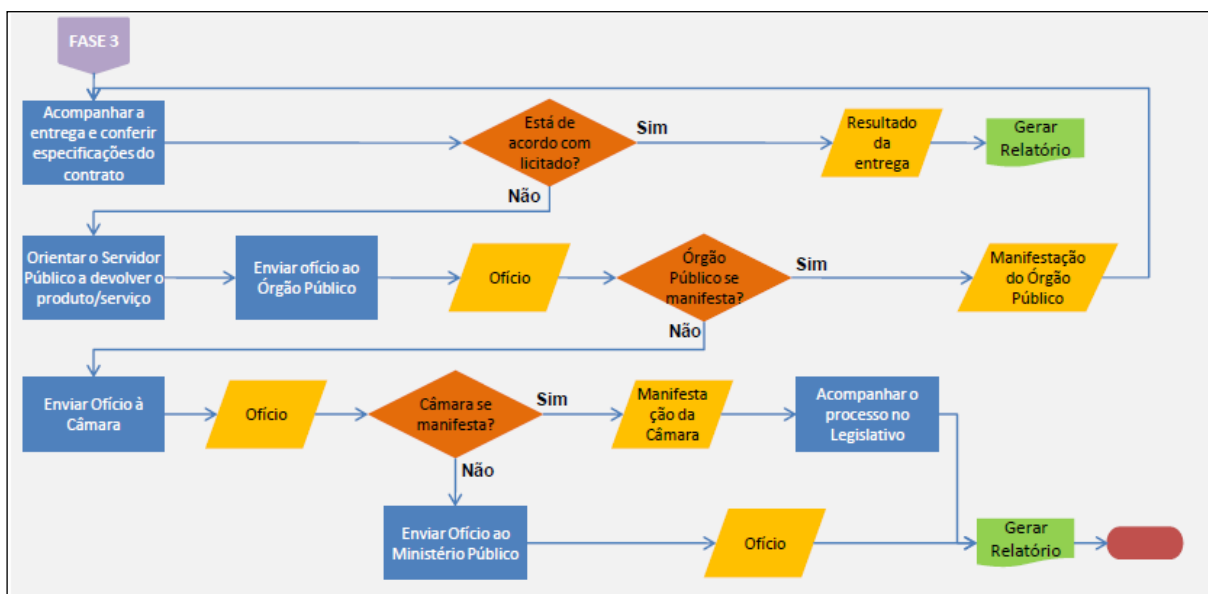
Fonte: Manual de Implantação e Operacionalização de um Observatório Social.

A terceira fase é o acompanhamento da entrega de produtos e serviços. Esta fase ganha grande importância pois busca assegurar que que tudo que foi firmado



em contrato desde o edital de publicação e negociação do certame sejam cumpridas de forma eficaz. O observatório acompanha a entrega e confere se as especificações do contrato estão sendo atendidas caso algo esteja em desacordo o observatório orienta ao servidor público devolver o produto/serviço, e envia um ofício ao órgão público. Não havendo manifestação dentro do prazo de 15 dias e então encaminhado outro ofício para a câmara, se esta se manifestar é feito o acompanhamento do processo legislativo. Não havendo manifestação da câmara é encaminhado o ofício ao Ministério Público.

Figura 6- Fluxograma processo de acompanhamento da entrega produto/serviço.



Fonte: Manual de Implantação e Operacionalização de um Observatório Social.

A tabela abaixo demonstra os ofícios encaminhados pelo observatório social no ultimo quadrimestre de 2012.

Tabela 1 – Ofícios encaminhados.

Ofícios encaminhados no período de Setembro a Dezembro de 2012.	
Prefeito	07
Câmara Municipal	05
Ministério Público	03
Secretária de Educação	05
Secretária de Gestão	01
Secretária de Saúde	01



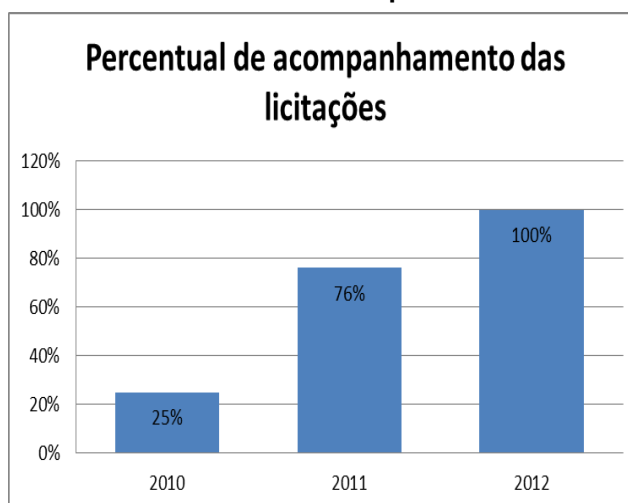
Secretária de Infraestrutura	01
Diretoria de Compras	04
UEM	01
Sicredi	01
Unimed	11
Para a imprensa	02
Candidatos a prefeito	02
Total	44

Fonte: Relatório Quadrimestral OSP – (adaptado).

4.1.2 Evolução no acompanhamento das licitações e ações desenvolvidas

O gráfico abaixo traz uma representação do acompanhamento do Observatório social, no montante das compras efetuado pela prefeitura nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Gráfico 1 – Percentual de acompanhamento das licitações.



Fonte: Elaborado pelos autores.

É possível observar desenvolvimento do observatório na trajetória desde sua fundação. No ano de 2010 foram realizados 167 processos de licitação, sendo acompanhado 25,12% do total das compras efetuadas pela prefeitura municipal. Tendo como economia o montante de R\$ 3.171.074,68.

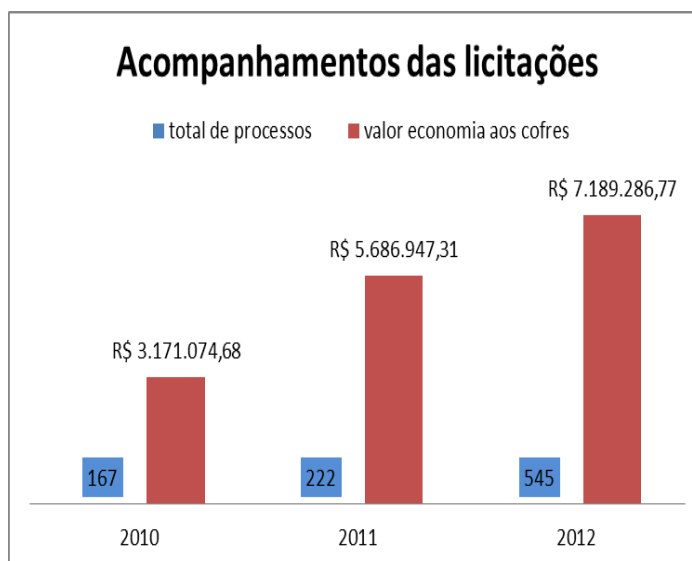
No ano de 2011 foi possível observar um aumento em 200% na participação do observatório nos processo de licitação onde o mesmo acompanhou 75,7% do



total das compras efetuadas pela prefeitura. Aconteceram 222 processos de licitação e economia foi de R\$ 5.686.947,31.

O objetivo do observatório foi então cumprido em 2012 onde conseguiu acompanhar 100% do total de compras efetuadas pelo município. Dentre estes 506 pregões presenciais, 28 tomada de preço, 03 convites e 9 concorrências totalizando 545 processos licitatórios. A economia aos cofres públicos foi de R\$ 7.189.286,77 reais.

Gráfico 2 – Acompanhamento das licitações realizadas no município



Fonte: Elaborado pela autores.

Os valores citados como economia se referem à diferença entre os valores máximos publicados em edital em que a prefeitura estaria disposta a pagar pelo produto/serviço e o preço negociado no certame. O observatório atribui ainda como mérito primário da economia aos pregoeiros e comissões de licitação. Contudo é possível notar que a participação do observatório no acompanhamento dos processos exerce grande contribuição a eficiência do processo.

4.2 PROGRAMAS E CAMPANHAS DE CIDADANIA FISCAL DESENVOLVIDOS PELO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PARARNAVAÍ.

O observatório social de Paranavaí participou ativamente em programas que procuram disseminar o conhecimento e a conscientização da importância da



cidadania fiscal para a sociedade. Entre os programas puderam ser observadas ações como:

a) Concursos de redação: Participam desse projeto os alunos do 4º e 5º ano das escolas municipais da rede pública. O segundo concurso de redação aconteceu no último quadrimestre de 2012 e teve como tema: Responsabilidade social e a cidadania Fiscal. O que queremos de nossos Governantes? O projeto premiou as 6 melhores redações .

b) Divulgação de peça teatral: no evento de premiação do concurso de redação o observatório possibilitou a apresentação da peça de teatro “O auto da Barca do Fisco”. A peça foi elaborada pelo professor Marcilio Hubner De Miranda Neto, e é encenada por atores voluntários, tendo como referência duas peças a Arca da barca do Inferno e o Alto da Compadecida. A peça busca trazer em discussão de forma cômica os assuntos de responsabilidade social, tributo, corrupção. Ressalta a importância sobre voto, sendo este o primeiro passo para o exercício de cidadania e o segundo a fiscalização dos eleitos. O objetivo é sensibilizar a participação da cidadania na vida em sociedade.

c) Atuações em redes sócias: O OSP participa ativamente em publicações em redes sociais junto aos demais observatórios com objetivo de compartilhar informações ao público.

d) Campanha contra o aumento do número de vereadores: Diante a proposta de uma nova ementa que aumentaria o número de vereadores da câmara municipal de Paranavaí de 10 para 13 vereadores o observatório atuou fortemente junto a sociedade e conseguiu levantar mais de 7.000 assinaturas contra esta proposta demonstrando a opinião popular sobre o assunto.

e) Participação junto a AOB no comitê 9840: Buscando o fortalecimento da democracia e do exercício de cidadania, este comitê que busca combater a corrupção eleitoral teve colaboração do OSP durante o ano de 2012. No Paraná foram instaladas 18 subseções da AOB em diversos municípios. Estes comitês atuaram recebendo denúncias da população contra candidatos que apresentassem irregularidades em sua campanha como propaganda irregular, uso da máquina pública e compra de votos etc. podendo assim estas denúncias serem encaminhadas ao Ministério Público Eleitoral, o objetivo por trás da denúncia é fiscalizar e informar exercendo assim cidadania.



f) Acompanhamento na Câmara Municipal: o observatório social de Paranaíba faz o acompanhamento dentro da câmara municipal das ações dos vereadores dentre elas as faltas nas sessões ordinárias atrasos e ausências dos vereadores antes do termino das sessões. Acompanha ainda as produções legislativas e os gastos com diárias utilizadas. Segue abaixo quadro demonstrativo das produções legislativas do ultimo quadrimestre de 2012.

Tabela 2 - Produções legislativas.

Vereadores	Projetos de lei	Decreto Legislativo	Projetos de Resolução	Requerimentos	Monções	Indicações
Antonio C. Utrila Garcia	22	0	0	2	1	51
Celso Avelar	1	0	0	0	0	13
Gildário Julio dos Santos	0	1	0	0	0	1
Jose Galvão	3	0	0	1	0	3
Josias Zarelli	0	0	0	0	0	0
Milton H. dos Santos	1	0	0	0	0	6
Mohamad H.Smaili	1	0	0	0	0	0
Nivaldo A. Mazzin	3	1	0	3	1	1
Odair Xavier Amâncio	0	0	0	2	2	14
Roberto C. Picoreli	3	1	0	0	0	2
Mesa Diretora	1	0	1	0	0	0
Todos os Vereadores	1	0	0	2	1	0

Fonte: Relatório Quadrimestral OSP.

Ao analisar a tabela lamentavelmente observamos grande diversidade de resultados na produção legislativa do município. Questiona-se, contudo se a população toma conhecimento destes dados e se refletem sobre os mesmos no momento de aplicar seu exercício de cidadania com o voto para eleição dos vereadores.

O coordenador do observatório durante a entrevista salientou que detém muito cuidado a qualquer divulgação em mídia, pois devido ao observatório ser uma instituição apartidária, entende que devidas manifestações poderiam ser encarradas como acusações ou tomada de partidos. Comentou ainda que é sempre procurado



para participar de sindicatos e associações, mas opta por não ir até lá para manter uma posição neutra, porém sem deixar de atendê-los no que possível.

Quando questionado quanto ao processo de licitações sustentáveis, o mesmo reconhece a importância do processo, e expõe como relato particular que gostaria de participar, mas acredita que para isso será necessário uma mudança na cultura da gestão pública a longo prazo. Ele comenta ainda que os gestores em âmbito geral infelizmente não se preocupam com o longo prazo, que é exatamente o que se propõe o processo de licitações sustentáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo licitatório tem como objetivo aplicar os recursos da forma mais vantajosa possível a população e para tanto este processo deve ser desenvolvido com responsabilidade e dentro da legalidade. Os gestores que acompanham este processo são responsáveis pelo cumprimento desses objetivos. Contudo a população pode e deve interagir junto ao processo fazendo grande diferença ao fiscalizar e exigir resultados, podendo levantar questionamentos e inibir que irregularidades.

O observatório social de Paranavaí procura contribuir de forma efetiva para a melhoria da administração pública a fim de evitar o mau uso do dinheiro público. Uma das ações que merece destaque é o fato de observatório ser o único membro que participa desde publicação do edital de licitação até a entrega do produto/serviço. Este papel desempenhado é fundamental para que haja eficácia ao processo, ou seja, assegurar que o processo de compras seja cumprido conforme o contrato sem irregularidades ou percas para a sociedade.

Tendo como principio que a sociedade deve integra-se cada vez mais a gestão pública o observatório atua buscando disseminar este conceito. Procura portanto, através de projetos e programas difundir os conceitos de educação e cidadania fiscal cumprindo o papel de conscientizar e informar a sociedade da importância de sua participação no meio social.

O observatório poderia, contudo além de produzir seus relatório quadrimestrais, aprimorar a divulgação para a sociedade, a fim de informar sobre as importantes ações realizadas pela instituição. Podendo assim proporcionar aos



cidadãos um pequeno informativo sobre a utilização dos recursos públicos do município, através de uma linguagem simples e acessível a população. Logo estes que possuírem acesso a estas informações poderão ter seu interesse pela gestão pública maximizada e ações mais conscientes por possuírem maiores informações em sua tomada de decisão. Cita-se como exemplo a criação de uma web pagina, o que seria muito adequado ao proposto, assim como observatórios de outras cidades já utilizam desta ferramenta.

Vale lembrar que todo cidadão deve exercer plenamente sua cidadania, ou seja, não apenas com o voto, mas continuamente cobrando de seus eleitos resultados. E estes têm por obrigação prestar contas de suas ações. Havendo assim maior engajamento por ambas as partes para com o meio social ao qual estão inseridos. O observatório social revela-se assim como instrumento de elo entre gestão e cidadão, contribuindo para o processo de melhoria contínua da gestão pública.

REFERÊNCIAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Legislação Participativa. **O menor caminho entre os interessados da população e a Câmara dos Deputados**. 5. ed. (Série ação parlamentar- n. 447) Edições Câmara, 2011. 93 p.

COSTRIN, C. **Administração pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: atualizada até 2008**. Promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n^{os} 1/92 a 57/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n^{os} 1 a 6/94.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009

PAULA, A. P. P. **Por uma gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

REIS, M. A. Cidadania Legislativa: um Balanço dos dez anos da Comissão de Legislação Participativa da Câmara do Deputados. **E-legis**, Brasília, n.8, p.34-55, 1^o semestre, 2012.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projeto de estágio e de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, R. C. **Plano plurianual e orçamento público**. Florianópolis: UFSC, 2010.

